

**Movimentos sociais urbanos: cursos e discursos das tentativas
emancipatórias de Icoaraci em Belém- PA**

Aelton Dias Costas

Mestrando, UFPA, Brasil
aeltondcosta@gmail.com

José Augusto Lopes da Silva

Professor Mestre, SEDUC-PA, Brasil
augustolopes10@yahoo.com.br

Rita Denize de Oliveira

Professora Doutora, UFPA, Brasil
denize40geoatm@gmail.com

Jorge Sales dos Santos

Mestrando, UFF, Brasil
Salesjorge@id.uff.br

RESUMO

As discussões permeiam a emancipação municipal de Icoaraci, atual distrito administrativo de Belém, capital do estado do Pará, e ganham destaque por seu contexto histórico, onde se verificam várias tentativas que impulsionam nesta mesma direção, de emancipação distrital. Neste sentido, o propósito deste trabalho é tentar compreender os discursos que promoveram esses movimentos, a fim de examinar a questão regionalista empregada nos mesmos, juntamente com o processo indenitário icoaraciense. Para tanto, foi realizada uma pesquisa bibliográfica e documental, partindo também para as mídias digitais. Percebe-se forte influência dos grupos de poder presentes na região, que acabam por moldar o discurso regionalista e emancipacionista, vendendo-os para o restante da população.

PALAVRAS-CHAVE: Emancipação. Regionalismo. Urbano.

1 INTRODUÇÃO

Icoaraci é um distrito administrativo de Belém, capital do estado do Pará, e sua história começa paralela a da mesma. Quando os lusitanos chegaram a essas terras, procuravam por um lugar onde pudessem construir um forte, passaram pela área onde hoje se localiza o distrito de Icoaraci e logo viram uma terra favorável para sua instalação. Entretanto, de acordo com Guimarães (1996), a descoberta de um acidente geológico, o Furo do Maguari, demonstrou a fragilidade militar do lugar, haja vista que poderiam ser surpreendidos pela costa, por exploradores rivais como holandeses, franceses e ingleses, por exemplo. Foram então para outra área militarmente aprovada, onde estabeleceram a construção do forte do presépio, e o início da cidade de Santa Maria de Belém.

Belém e Icoaraci formaram núcleos habitacionais separados até 1900 (MUNIZ, 1904). Na área que fora destinada a Ordem dos Carmelitas foi fundada a Vila Pinheiro, no período republicano do Brasil, sendo elevada a povoado, recebendo uma subintendência e mais tarde uma subprefeitura, demonstrando certa autonomia, ainda que estivesse sob os domínios de Belém. Os processos de migração ocorridos na Amazônia na segunda metade do século XX provocaram crescimento populacional em Belém e Icoaraci, gerando uma área suburbana que não possuía o acompanhamento de políticas de infraestrutura, o que aprofundou ainda mais os problemas sociais de desigualdade.

De 1985 até os dias atuais foram lançados 5 projetos emancipatórios de Icoaraci, o que demonstra certo interesse, de pelo menos uma parte da população local, em emancipá-la do território belenense. As discussões sobre a emancipação municipal de Icoaraci, atual distrito administrativo de Belém, capital do estado do Pará, chamam a atenção pelo contexto histórico, de onde se verificam várias outras tentativas que impulsionaram nesta direção.

2 OBJETIVOS

Discutir os movimentos emancipatórios e seus discursos, a fim de promover um debate mais aprofundado sobre o tema, levando em consideração sua relevância para Belém e para o distrito de Icoaraci, ambos diretamente interessados no processo.

Proporcionar a melhor compreensão dos vários discursos empregados em projetos emancipacionistas, a fim de examinar a questão regionalista empregada nos mesmos,

juntamente com o processo indenitário icoaraciense.

Investigar os grupos internos e externos interessados em construir e desconstruir discursos emancipatórios, ou seja, a importância que os mesmos têm para a manutenção, queda ou ascensão de grupos sociais na esfera do poder de determinada área, no caso o distrito de Icoaraci em Belém- Pará.

3 METODOLOGIA/ MÉTODO DE ANÁLISE

Para a elaboração do trabalho foi realizada inicialmente uma pesquisa de cunho bibliográfica, priorizando autores que trabalham a formação de discursos regionalista/emancipacionista, bem como o processo de formação socioespacial de Icoaraci. Foram pesquisados ainda, trabalhos que debatam sobre essas tentativas regionalista/emancipacionista do município de Belém- Pará.

Em seguida foi realizada uma pesquisa documental, a partir da visita ao arquivo público da cidade de Belém, a fim de levantar dados históricos referentes ao distrito de Icoaraci. Posteriormente a busca por informações, e as evidências relacionadas aos discursos emancipatórios, foram também realizadas nos meios de comunicação (rádio, televisão, jornais etc.).

A compreensão dos movimentos separatistas que levaram às tentativas emancipatórias, pôde ser verificada em diversos trabalhos, entre eles destaca-se o de Costa (2007), que traz dados e entrevistas nas quais houve um aprofundamento. Neste sentido, busca-se compreender, a partir dos dados disponíveis nestes materiais, os discursos estabelecidos pelos movimentos separatistas em questão.

4 RESULTADOS

4.1 Municipalismo no Brasil pós 1980

A década de 80 foi um período de grandes mudanças na estrutura administrativa brasileira, a saída dos militares para o estado democrático levou com sigio várias mudanças no que se diz respeito à administração pública, uma delas é a elevação do município como entidade federativa com a Constituição Federal de 1988, dando aos municípios um caráter autônomo, tendo renda própria e administração autônoma, passando por processo eleitoral.

Quadro 1: Número de municípios emancipados de 1980 a 1997, por região

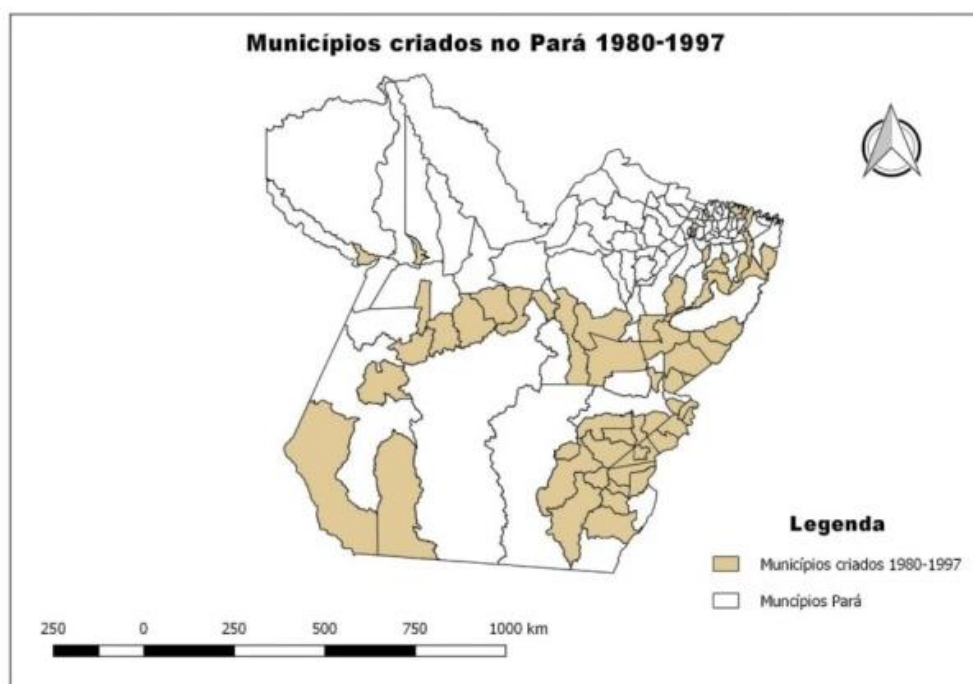
Nº de municípios (população)	Nordeste	Norte	Centro	Nº de municípios (população)	Nordeste	Norte
Até 5,000 hab.	146	97	80	116	296	735
5.000 a 10.000 hab.	107	49	30	87	87	360
10.000 a 20.000 hab.	125	42	19	29	19	234
20.000 a 50.000 hab.	21	18	6	14	2	61
50.000 a 100.000 hab.	2	2	3	2	1	11
100.000 a 500.000 hab.	1	*	*	3	*	4
Total	402	209	138	251	405	1.405

Fonte: IBGE – Organização do Território e Contagem da População 1996 apud GOMES e MAC DOWELL, 2000, p. 9 – Elaboração dos autores.

Esta condição permitiu que houvesse uma explosão de criações de novos municípios no país, haja vista que a lei referente à emancipação municipal estava destinada aos estados, podendo cada um ter o seu próprio critério. Em 1995 foi criada uma emenda constitucional que assegurava à federação estabelecer as regras para as emancipações municipais. No Brasil, de 1990 a 1998, foram criados 1.405 municípios sendo a região norte responsável por 209 destes,

Esse volume de criação de novos municípios, segundo Tavares (1992), só tem comparação com o período do Estado Novo na história do Brasil. No estado do Pará foram emancipados 75 (setenta e cinco) municípios de 1980 a 1997. Para melhor localizarmos esse fluxo de criação, foi elaborado um mapa ilustrativo demonstrando a proporção desse movimento.

Figura 01: Municípios criados no Pará de 1980 a 1997.



Fonte: COSTA, 2019.

Desta forma, podemos perceber a necessidade de se estudar esse período. Falaremos aqui, especificamente do caso de Icoaraci, onde seu primeiro projeto foi levado à Assembleia Legislativa do Estado do Pará (ALEPA) em 1985, levando a compreensão de um movimento nacional municipalista que influencia, ou pelo menos dá condições para o caso de Icoaraci.

4.2 Emancipar/Regionalizar

A região é uma das questões centrais em geografia, Haesbaert (2010) discorre sobre esse tema compreendendo as dificuldades de regionalizar na nossa atualidade, levando em consideração a complexidade das relações parte e todo/ região e globalização. Dessa forma, é possível compreender região como construção/construtora social que, para Castro (2000) pode ser entendida como indispensável em suas múltiplas escalas.

Regionalizar é mostrar a diferença recortando o espaço. Haesbaert (2010) compara as dificuldades dos geógrafos de regionalizar com as dificuldades dos historiadores em periodizar a complexidade e a indissociabilidade das duas categorias espaço e tempo, sendo que podemos pensar dessa maneira a região, como um pedaço do espaço/tempo onde estão contidas as relações materiais e simbólicas da sociedade.

Um aspecto em particular que trataremos aqui é de região como ação e controle, que segundo Corrêa (1987), está dentro do que diz respeito à esfera da política e das ações de controle de uma classe dominante, tratando-se de uma região político-administrativa. Isso será mais bem evidenciado quando tratarmos de Icoaraci como distrito administrativo de Belém, que nos levará a perceber a região como ação e controle, também como mecanismo de perpetuação de uma sociedade de classes.

O conceito de região tem sido largamente empregado para fins de ação e controle. Mais precisamente, no decorrer da prática política e econômica de uma sociedade de classes, que por sua própria natureza implica a existência de formas diversas de controle exercido pela classe dominante. Para Corrêa (1987), utiliza-se o conceito de diferenciação de área e as subsequentes divisões regionais, visando ação e controle sobre territórios militarmente conquistados ou sob a dependência político-administrativa e econômica de uma classe dominante.

Pode-se pensar o regionalismo como ferramenta ideológica de afirmação e construção identitária de uma determinada região por sua elite local. Castro (1992) analisa o regionalismo no Nordeste, contribuindo para a compreensão de região como base territorial e social atrelada ao vivido. No caso de Icoaraci, analisaremos os discursos provenientes de uma elite local insatisfeita com as condições periféricas, e que pretende, na autonomia municipal, manter o controle mais estável de seus interesses.

4.3 Formação socioespacial de Icoaraci na segunda metade do século XX

Antes de adentrarmos nos estudos referentes aos discursos emancipatórios, é necessário compreender a formação socioespacial de Icoaraci que, até a primeira metade do século XX, segundo Costa (2007), estava relacionada com as dinâmicas ribeirinhas na troca comercial com as linhas próximas, sendo observada na segunda metade do século XX uma mudança significativa na dinâmica socioespacial, em fusão de forte migração ocorrida nesse período.

No início do século XX, de acordo com Dias (1996), Icoaraci já se mostrava diferenciada, embora tivesse uma economia voltada para pesca, para a coleta e produtos de fundo de quintal. A partir da década de 50 que o fluxo migratório para a Amazônia aumentou, juntamente com a migração veio à construção da BR-316. Neste cenário, surgiu um novo ordenamento territorial para Belém que, para Souza (2003), o dividiu em três: o centro, a área de transição e a área de expansão.

A partir de 1964 foi instaurada a ditadura militar no Brasil, centralizando o poder em Belém, retirando a subprefeitura que havia sido instaurada em Icoaraci. Essas mudanças, combinadas a construção da Avenida Augusto Montenegro, no lugar do antigo ramal da Estrada de Ferro Belém-Bragança, favoreceram a chegada e implantação de vários condomínios e

ocupações espontâneas, elevando o valor especulativo dessa área.

Dias (1996) mostra as mudanças ocorridas no espaço icoaraciense, sendo que em 1995 havia um total de 227 estabelecimentos comerciais e industriais, em pequena e grande escala que se destinavam ao processo de transformação. O setor de serviços foi destacado por Guimarães (1996) com aproximadamente 1.473 estabelecimentos, contribuindo ativamente com o ICMS da região. Outro importante número é o da população, que saltou de 23.474 habitantes em 1960 para 280.591 habitantes em 1991, um aumento bem significativo para a época.

Segundo Sousa (2003), o eixo da Avenida Augusto Montenegro faz parte da área de expansão de Belém. Trindade Jr. (1998) trata desse movimento como um processo de suburbanização da cidade de Belém.

4.4 Projetos emancipatórios em Icoaraci

Em Icoaraci, o primeiro projeto de emancipação foi enviado à Assembleia Legislativa do Pará ALEPA em 1985, desde então já se contabilizavam 5 projetos enviados no período de 1985 a 2001, sendo que o último ainda encontra-se em análise, por conta da Emenda à Constituição de 1996 que altera as regras de emancipação municipal, levando ao governo federal a responsabilidade de ditar as regras que estão em discussão até os dias atuais, a seguir elaboramos um quadro com os projetos emancipatórios de Icoaraci.

Quadro 2: Projetos Emancipatórios de Icoaraci.

IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO	DATA DE INICIO	SÍNTESE	SITUAÇÃO ATUAL
PROJETO DE LEI nº 11/85	19/03/1985	Responsável: Deputado Mariuadir Santos. → Documentos iniciais: justificativa pautada nas exigências legais para desenvolvimento de um processo de emancipação; abaixo-assinado de moradores de Icoaraci, constando assinatura de 135 eleitores da 30ª Zona Eleitoral e croqui da área a ser desmembrada. → Principais encaminhamentos: analisado e aprovado pela Comissão de Constituição e Justiça, encaminhado ao TRE para realização de plebiscito. → Plebiscito: realizado em 15/11/1985. → Resultado do Plebiscito: aprovado. → Trâmite Final: encaminhado para sanção do governador em 02/09/1987. → Resultado: governador vetou integralmente o Projeto de Lei.	Arquivado
PROJETO DE LEI nº 43/89	31/05/1989	→ Responsável: Deputado Mariuadir Santos. → Documentos iniciais encontrados: justificativa dos fatores que motivaram a retomada do processo de emancipação de Icoaraci; abaixo-assinado atribuído aos moradores de Icoaraci, mas sem assinaturas. → Principais encaminhamentos: Comissão de Constituição e Justiça fez parecer prévio aprovando a solicitação de realização de diligências para confirmação, ou não, da viabilidade econômica do pretense município. → Plebiscito: não realizado. → Trâmite final: encaminhado para arquivo em atendimento ao art. 219 do Regimento Interno da ALEPA, visto que houve	Aditado ao Projeto de Lei nº 11/85 e arquivado.

		mudança de legislação e o mesmo não possuía um parecer de aprovação e/ou rejeição por parte da Comissão de Constituição e Justiça.	
PROJETO DE LEI N 712/91	-----	<ul style="list-style-type: none"> → Responsável: Deputado Joércio Barbalho. → Documentos encontrados: ficha do Serviço de Registro e Controle da ALEPA informando seu encaminhamento para a Comissão de Divisão Administrativa²⁶ em 21/10/1991. → Plebiscito: realizado em: 28/02/1993. → Resultado do plebiscito: desaprovado. → Trâmite final: desconhecido. 	Desaparecido
PROJETO DE LEI N 39/95	30/03/1995	<ul style="list-style-type: none"> → Responsável: Deputado José Nassar Neto. → Documentos iniciais: justificativa constando resumo da história de Icoaraci e os motivos que embasam a “necessidade” de emancipação do Distrito; abaixo-assinado, encaminhado pelo MPEI²⁷, com assinatura de 169 eleitores da 30ª Zona e um da 28ª Zona Eleitoral. → Principais encaminhamentos: aprovado na Comissão de Divisão Administrativa. Encaminhado ao plenário antes que a Comissão de Constituição e Justiça concluíssem seus trabalhos. Solicitada a realização de plebiscito. → Plebiscito: não realizado – solicitação suspensa em virtude da apresentação de emendas alterando os limites propostos para o pretense município. → Trâmite final: a ele foi aditado o Projeto de Lei N° 2.680/01, que se constitui no atual projeto de emancipação de Icoaraci. 	Em tramitação
PROJETO DE LEI N 2,860/01	18/06/2001	<ul style="list-style-type: none"> → Responsável: Deputado Nadir Neves – PL → Documentos iniciais: solicitação ao Presidente da ALEPA para iniciar o processo de emancipação; abaixo-assinado, encaminhado pelo MPEI, com assinaturas de 394 eleitores da 30ª Zona eleitoral e Projeto de Emancipação de Icoaraci. → Elaborador do Projeto de Emancipação: Adib Leal da Conceição/MPEI. → Principais encaminhamentos: criação de uma Comissão Parlamentar que realizou estudos de viabilidade social, econômica, geográfica e administrativa do pretense município e aprovou o projeto, sendo o mesmo direcionado à Comissão de Divisão. 	Foi aditado ao Projeto de Lei n° 39/95, estando na Comissão de Divisão Administrativa aguardando deliberações legais.

Fonte: Projetos de Lei existentes Assembleia Legislativa do Estado do Pará e Jornal de Icoaraci, ano IV, N° 3, fev. /93 – edição extra. Elaboração do autor.

Podemos observar no quadro 2 que dentre as tentativas de emancipação as que ocorreram em 1985, 1991 e 2001 foram as que se destacaram, por terem impactado com maior força a vida dos moradores, levando as discussões para as ruas, onde se encontravam os discursos utilizados para convencer a população.

Para melhor compreendermos o processo dividimos os projetos em: projetos da década de 80, 90 e 2000. Desta forma, aproveita-se melhor a formação e evolução do processo que ainda está em tramitação.

4.5 Projetos emancipatórios na década de 1980

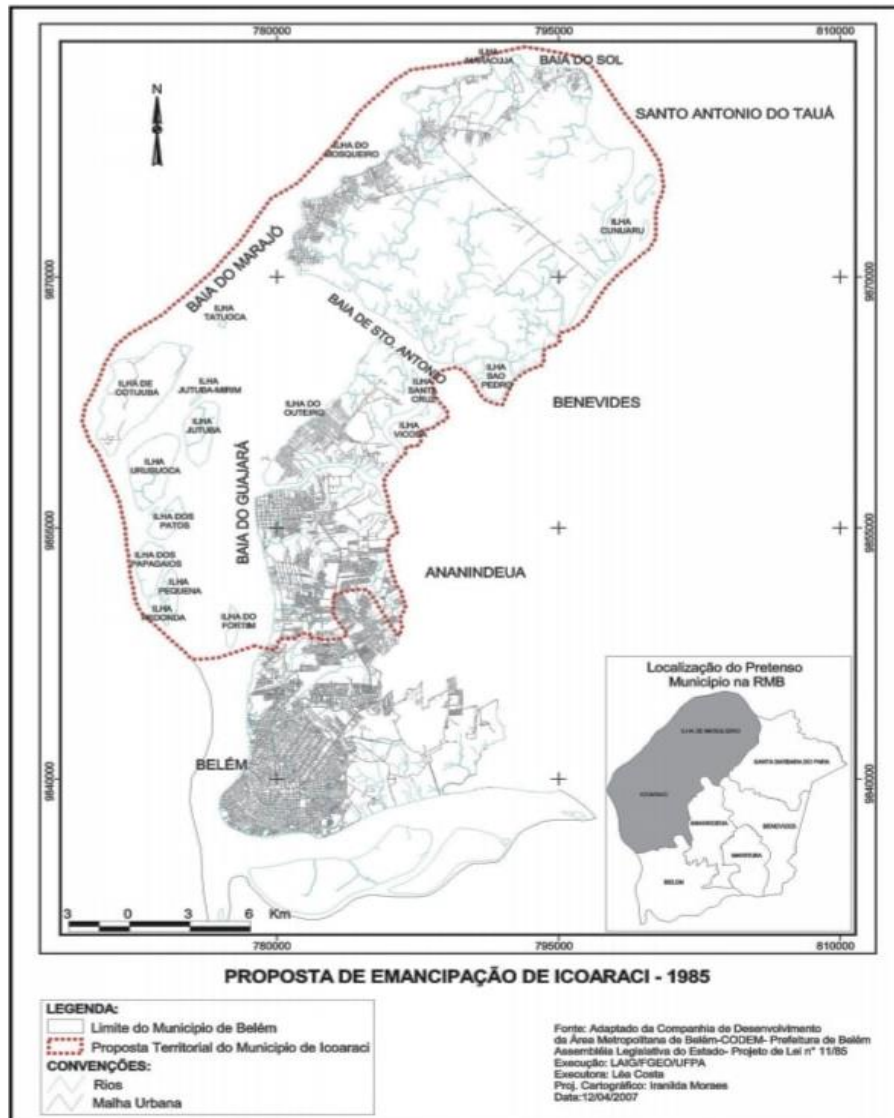
O primeiro projeto a ser enviado para a ALEPA foi em 1985 que, segundo Costa (2007), contou com o apoio de vários grupos da sociedade civil como Rotary Club, Lions Club, Maçonaria e Associação Comercial de Icoaraci, além de pessoas que trabalhavam no distrito, dentro do

poder público, ocupando ou tendo ocupado cargos na Agência Distrital de Icoaraci. Isso demonstra o interesse dessa pequena elite local sobre o controle de um futuro município icoaraciense. O discurso utilizado para legitimar a emancipação foi predominantemente o abandono do distrito pela prefeitura de Belém, colocando assim Icoaraci, como um distrito que, apesar de gerar renda, não é beneficiado com sua arrecadação.

Agora até isso, por exemplo, na época, até essa facilidade que eu tinha de trabalhar no Serviço de Operações e a gente chegava com o serviço a essas comunidades. Então, havia uma aproximação muito grande. A Pratinha vinha, pedia as coisas na Agência Distrital de Icoaraci, da Pratinha pra cá, eu me lembro assumimos, nós fomos pra lá, reunimos, Pratinha, São Clemente, tudo. [...] aí você vê, por exemplo, coleta de lixo, nós tínhamos. A coleta de lixo na época era nossa, da Divisão de Operações. [...] Na época nós contratamos umas 50 ou 60 pessoas, o contrato era por aqui, o dinheiro vinha, nós que pagávamos certo? Hoje não tem. [...] Na época eu era Diretor de Operações, meu poder era dez vezes mais do que um vereador, eu todo dia saia pra uma ação com três caçambas, uma pá mecânica, 20 homens. Então, se eu usasse politicamente, né? (JOSÉ FEIO, Presidente da comissão do 1º Projeto de Emancipação de Icoaraci, 11/04/07, presente em COSTA, 2007, p.78).

O projeto de 1985 levava em consideração uma boa parcela do território belenense, inclusive boa parte do eixo de expansão de Belém, além de várias pequenas ilhas do arquipélago. No primeiro momento foi deixada de lado a Ilha Mosqueiro (a maior ilha pertencente ao território belenense), porém, ao se perceber que ocorreria uma transgressão, a Lei que proíbe a descontinuidade do território do município mãe foi introduzida mais tarde ao projeto.

Figura 02: Delimitação projeto emancipatório de 1985.



Fonte: COSTA, 2019.

Foi realizado um plebiscito, cuja opção “Sim” ganhou em larga escala, porém somente os moradores de Icoaraci puderam votar o que abriu motivos para a invalidação. Costa (2007) destaca que a Comissão de Constituição e Justiça aprovou o projeto juntamente com a modificação que incluía Mosqueiro como pertencente ao próprio município, mas ao promover o plebiscito ignorou as ilhas.

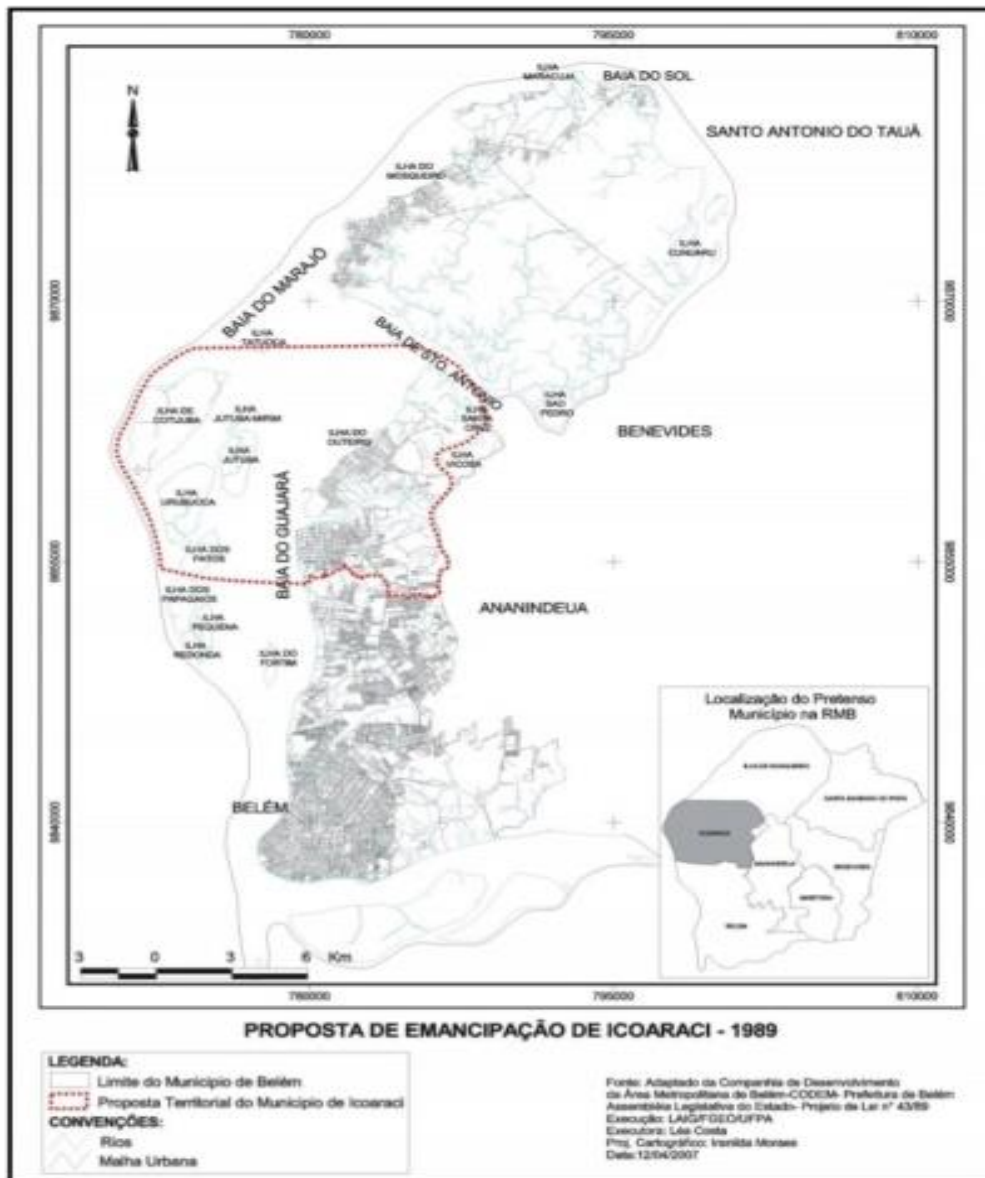
Quando o governador recebeu o projeto, uma semana antes de decretar a emancipação, foi à rede de televisão e o condenou duramente, alegando que este era de péssima qualidade e que, por não terem sido consultadas as Ilhas não podiam ser a favor do projeto. Verifica-se o forte jogo político de pressão que a elite belenense estabeleceu justamente por não querer perder as áreas de expansão.

Como prova certidão expedida pelo Diretor Geral da Secretaria do Tribunal Regional Eleitoral, a consulta plebiscitária alcançou apenas a população do Distrito de Icoaraci, não a do distrito do Mosqueiro. Essa omissão eiva de nulidade todo o processo

legislativo que culminou na aprovação do projeto de Lei nº 11/85. Não somente a omissão afronta a Lei Complementar nº 1, por não ter sido consultada toda a população interessada, como compromete a própria credibilidade do plebiscito, quer quanto ao limite mínimo de comparecimento (art. 5º da Lei Complementar nº 1), quer quanto ao seu próprio resultado. (OFÍCIO Nº 300/87 – GG in PARÁ – Projeto de Lei nº 11/85, p. 77)

O depoimento dos que participaram diretamente do processo permite que possamos observar o jogo de interesses que aparece quando a elite de Belém se nega a deixar uma área de seus interesses expansionistas. Esta negativa pode ser considerada a primeira derrota da elite icoaraciense, porém, dois anos mais tarde foi levada a ALEPA uma reformulação do projeto, que passou a contar com uma diminuição significativa do território em comparação com a primeira proposta, isso para atender os requisitos questionados da primeira e estruturar a luta.

Figura 03: Projeto emancipatório de Icoaraci de 1989.



Fonte: COSTA, 2019.

Nesse mapa podemos perceber a diminuição territorial do município pretense de Icoaraci, com a retirada de Mosqueiro e algumas Ilhas, além de boa parte dos eixos de expansão da Avenida Augusto Montenegro e da Avenida Arthur Bernardes, sendo que na justificativa, os líderes explicam que a tática de colocar essas áreas para serem introduzidas no território icoaraciense deve-se ao fato de imaginarem o fortalecimento da luta, porém, quando o projeto foi enviado, a justificativa foi de que o novo município pretendia respeitar a continuação do antigo, por isso o recuo.

Esta foi à justificativa oficial que está no projeto de 1989 segundo (COSTA, 2007):

A área a ser desmembrada do Município de Belém foi diminuída em relação à apresentada anteriormente, com o que se evita que haja descontinuidade do território de Belém, com relação ao distrito de Mosqueiro. E com isso, seguramente estará suplantado o único obstáculo legal que foi encontrado quando da primeira propositura (PARÁ – Projeto de Lei nº 43/89, p. 04).

Apesar do esforço, o projeto de 1985 não foi parado pelo fato de não respeitar a continuidade do município mãe, mas sim por não garantir as Ilhas condições de decidir pela emancipação. Este, por mais que tente, não permite uma continuidade de Belém, principalmente com sua principal Ilha que é Mosqueiro, isso permitiu o arquivamento do projeto em 1991. É importante observarmos esse projeto, pois nos permite ter a noção da evolução e das dificuldades que os grupos interessados precisam enfrentar para instaurar uma emancipação.

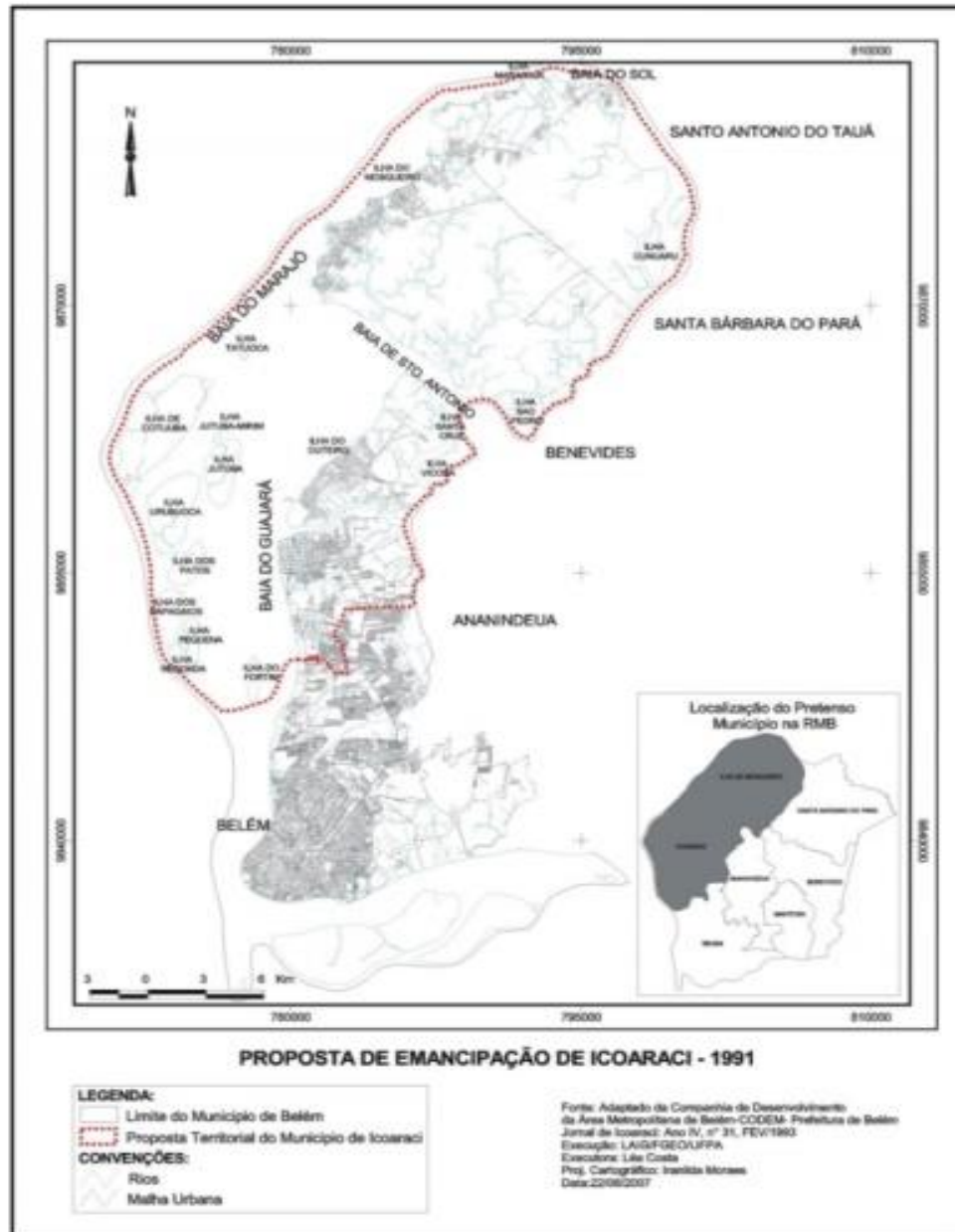
4.6 Década de 90, as disputas passam para o nível ideológico

É na década de 90 que podemos perceber um jogo mais duro, no que se diz respeito ao processo de amadurecimento do movimento emancipacionista, mas também perceber que a elite belenense, com estratégias e ideologias, garantiu a permanência de Icoaraci junto ao território. Em 1991 é dado início a terceira tentativa emancipacionista, um novo projeto é lançado com limites diferentes dos primeiros projetos.

Neste projeto inclui-se a Ilha de Mosqueiro, e para que não se dê brecha a questões de descontinuidade do município mãe. Segundo Costa (2007), não se encontra na ALEPA material sobre a terceira tentativa, a não ser a justificativa e o envio de entrevistase do material cedido pelo Movimento Pró-Emancipação de Icoaraci (MPEI), onde se verifica que houve plebiscito, e sua campanha foi sem dúvida importante para a análise dos discursos e das estratégias utilizadas pelos grupos.

De acordo com Costa (2007) o projeto de 1991 foi elaborado sobre os erros dos primeiros, sendo assim ele se mostra mais bem trabalhado tecnicamente. Contudo, ao se realizar o processo plebiscitário, sua campanha foi confusa, misturando denúncias de corrupção com argumentos de valorização da economia local, sendo que o discurso se fechou em argumentos econômicos.

Figura 04: Projeto emancipatório de Icoaraci de 1991.



Fonte: COSTA, 2019.

Em contrapartida, a elite belenense traçou uma estratégia mais eficaz, ao perceber a fragilidade da população e se identificar como icoaraciense, haja vista que boa parte desta residente na área é de migrantes do interior e de outros lugares do Brasil, e em especial nordestinos. A fim de garantir sua estratégia, a elite belenense consegue converter a campanha na seguinte pergunta: Icoaraci deve continuar como capital ou ser um município independente do interior?

Figura 05: Informes de campanha publicitária do “NÃO”.



Fonte: Comitê de Defesa de Icoaraci Capital/ Campanha Publicitária.

É levado em consideração o prestígio que a capital tem no imaginário local, como fonte de progresso e de riqueza, colocando assim um imaginário característico de cidade grande, enquanto que o interior é visto como lugar de pobreza e abandono. O que a elite belenense construiu foi um discurso de “Ruim com ele, pior sem ele”, para legitimar seus interesses, se utilizando ainda de falsas e distorcidas informações para qualificá-lo. Observa-se ainda o uso do medo e de uma situação de precariedade ainda maior.

Costa (2007) mostra que a campanha do “Não” ganhou a votação, porém, não se encontra na atualidade algum defensor dessa bandeira. Até mesmo quem estava à frente da mesma nega sua participação. A autora ressalta ainda que, em 1995 um novo projeto é enviado, mas barrado na Comissão de Constituição e Justiça com a justificativa de que o projeto não respeitava a norma que previa a área de emancipação sob característica histórico-cultural, e seus argumentos econômicos foram tidos como duvidosos. Em 2001 é enviado o quinto projeto, este em tramitação até os dias atuais.

5 CONCLUSÃO

Percebe-se um amadurecimento e um esforço nos últimos anos em se construir uma identidade regionalista em Icoaraci. Costa (2007) descreve os diálogos entre Icoaraci e Mosqueiro, mostrando a construção identitária dessas regiões dentro do território belenense. Esses constantes movimentos provocam diversas reações políticas que, segundo Trindade Jr. (2003) ao analisar os projetos de 1990, atingem até mesmo outros municípios do estado.

Essa força adquirida pelos movimentos emancipatórios ganha o apoio dos sujeitos locais à medida que são capazes de expor os principais problemas sociais enfrentados pelas

comunidades, colocando os interesses comuns e de primeira necessidade como bandeira principal. No entanto, é possível compreender que outros grupos depositam interesses econômicos e ideais próprios na emancipação das regiões estudadas, com a pretensão de expandir suas de atuação comercial.

Neste sentido, percebe que esses movimentos de emancipação acabam por reforçar a ideia de um discurso regionalista que funciona como ferramenta de manutenção, queda ou ascensão de grupos políticos na esfera do poder, comprovado pelas tentativas emancipatórias de Icoaraci, que mostram o amadurecimento das ideologias regionalistas.

6 REFERÊNCIAS

CASTRO, Iná **Geografia conceitos e temas (O problema da escala)**. Rio de Janeiro ed. Bertram 2000.

CORRÊA, R. L. **Região e organização espacial**. 2 ed. São Paulo: Ática, 1987.

COSTA, Léa Maria Gomes da. **Icoaraci: formação socioespacial, tentativas de afirmação e de emancipação territorial**. 2007. 166 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2007.

DIAS, M. B. **Industrialização e a produção do espaço urbano em Icoaraci** – Belém/PA. 1996. 206 f. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 1996.

GUIMARÃES, J. **Icoaraci** – a monografia do megadistrito. Belém: Delta, 1996.

HAESBAERT, Rogério. **Regional-Global** - Dilemas da Região e da Regionalização na Geografia Contemporânea. Rio de Janeiro. Bertrand Brasil. 2010.

MUNIZ, J. P. **Patrimônio do Conselho Municipal de Belém**. In: _____. Patrimônios dos conselhos municipais do estado do Pará. Paris: AILLAUD & Cia, 1904, p. 93-108.

SOUZA, A. L. F. **Mobilidade residencial intra-urbana e periferização na região metropolitana de Belém: um estudo do conjunto habitacional Cidade Nova e da área de ocupação do PAAR**. 2003. 211 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, 2003.

TAVARES, M. G. C. **O município no Pará: a dinâmica territorial municipal de São João do Araguaia – PA**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1992 – Dissertação de Mestrado.

TRINDADE Jr., S. C da. **A cidade dispersa: os novos espaços de assentamentos em Belém e a reestruturação metropolitana**. 1998. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 1998.

TRINDADE Jr., S. C.; ROCHA, G. M. (org.). **Cidade e empresa na Amazônia**. Belém: Paka-Tatu, 2002.

TRINDADE Jr., S. C. **Reestruturação urbana e partilhas territoriais na área de expansão metropolitana de Belém (PA)**. Humanitas, v. 19, n. 1/2, 2003, p. 07-35.